



Série Pensamento Negro Descolonial

# Redes Intelectuais: epistemologias e metodologias negras, descoloniais e antirracistas

Miriam Cristiane Alves  
Alcione Corrêa Alves

ORGANIZADORAS/ES

editora



redeunida



A **Editora Rede UNIDA** oferece um acervo digital para **acesso aberto** com mais de 200 obras. São publicações relevantes para a educação e o trabalho na saúde. Tem autores clássicos e novos, com acesso **gratuito** às publicações. Os custos de manutenção são cobertos solidariamente por parceiros e doações.

Para a sustentabilidade da **Editora Rede UNIDA**, precisamos de doações. Ajude a manter a Editora! Participe da campanha «e-livro, e-livre», de financiamento colaborativo.

Acesse a página  
<https://editora.redeunida.org.br/quero-apoiar/>  
e faça sua doação

Com sua colaboração, seguiremos compartilhando conhecimento e lançando novos autores e autoras, para o fortalecimento da educação e do trabalho no SUS, e para a defesa as vidas de todos e todas.

Acesse a Biblioteca Digital da Editora Rede UNIDA  
<https://editora.redeunida.org.br/>

E lembre-se: compartilhe os links das publicações, não os arquivos. Atualizamos o acervo com versões corrigidas e atualizadas e nosso contador de acessos é o marcador da avaliação do impacto da Editora. Ajude a divulgar essa ideia.

[editora.redeunida.org.br](https://editora.redeunida.org.br)



Míriam Cristiane Alves  
Alcione Corrêa Alves  
ORGANIZADORAS/ES

Série Pensamento Negro Descolonial

# Redes Intelectuais: epistemologias e metodologias negras, descoloniais e antirracistas

1ª Edição  
Porto Alegre  
2021



Coordenador Nacional da Rede UNIDA

**Túlio Batista Franco**

Coordenação Editorial

Editor-Chefe: **Alcindo Antônio Ferla**

Editores Associados: **Gabriel Calazans Baptista, Ricardo Burg Ceccim, Cristian Fabiano Guimarães, Márcia Fernanda Mello Mendes, Júlio César Schweickardt, Sônia Lemos, Fabiana Mânica Martins, Denise Bueno, Maria das Graças, Frederico Viana Machado, Márcio Mariath Belloc, Karol Veiga Cabral, Daniela Dallegrave.**

Conselho Editorial

**Adriane Pires Batiston** – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil;  
**Alcindo Antônio Ferla** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil;  
**Àngel MartínezHernández** – Universitat Rovira i Virgili, Espanha;  
**Angelo Stefanini** – Università di Bologna, Itália;  
**Ardigó Martino** – Università di Bologna, Itália;  
**Berta Paz Lorido** – Universitat de les Illes Balears, Espanha;  
**Celia Beatriz Iriart** – University of New Mexico, Estados Unidos da América;  
**Denise Bueno** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil;  
**Emerson Elias Merhy** – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil;  
**Érica Rosalba Mallmann Duarte** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil;  
**Francisca Valda Silva de Oliveira** – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil;  
**Izabella Barison Matos** – Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil;  
**Hêider Aurélio Pinto** – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil;  
**João Henrique Lara do Amaral** – Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil;  
**Júlio César Schweickardt** – Fundação Oswaldo Cruz/Amazonas, Brasil;  
**Laura Camargo Macruz Feuerwerker** – Universidade de São Paulo, Brasil;  
**Leonardo Federico** – Universidad Nacional de Lanús, Argentina;  
**Lisiane Böer Possa** – Universidade Federal de Santa Maria, Brasil;  
**Liliana Santos** – Universidade Federal da Bahia, Brasil;  
**Luciano Bezerra Gomes** – Universidade Federal da Paraíba, Brasil;  
**Mara Lisiane dos Santos** – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil;  
**Márcia Regina Cardoso Torres** – Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Brasil;  
**Marco Akerman** – Universidade de São Paulo, Brasil;  
**Maria Augusta Nicoli** – Agenzia Sanitaria e Sociale Regionale dell'Emilia-Romagna, Itália;  
**Maria das Graças Alves Pereira** – Instituto Federal do Acre, Brasil;  
**Maria Luiza Jaeger** – Associação Brasileira da Rede UNIDA, Brasil;  
**Maria Rocineide Ferreira da Silva** – Universidade Estadual do Ceará, Brasil;  
**Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira** – Universidade Federal do Pará, Brasil;  
**Ricardo Burg Ceccim** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil;  
**Rodrigo Tobias de Sousa Lima** – Fundação Oswaldo Cruz/Amazonas, Brasil;  
**Rossana Staeve Baduy** – Universidade Estadual de Londrina, Brasil;  
**Sara Donetto** – King's College London, Inglaterra;  
**Sueli Terezinha Goi Barrios** – Associação Rede Unida, Brasil;  
**Túlio Batista Franco** – Universidade Federal Fluminense, Brasil;  
**Vanderléia Laodete Pulga** – Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil;  
**Vera Lucia Kodjaoglanian** – Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde/LAIS/UFRN, Brasil;  
**Vera Maria Rocha** – Associação Brasileira da Rede UNIDA, Brasil;  
**Vincenza Pellegrini** – Università di Parma, Itália.

Comissão Executiva Editorial

**Gabriel Calazans Baptista**  
**Jaqueline Miotto Guarnieri Guarnieri**  
**Alana Santos de Souza**  
**Márcia Regina Cardoso Torres**  
**Renata Riffel Bitencourt**

Arte da Capa | Projeto Gráfico | Diagramação

**Lucia Pouchain**

Ilustrações

**Zeca Amaral**

Avaliadoras/es

**Alcione Correa Alves** – UFPI  
**Eliane Silvia Costa** – UFBA  
**Miriam Cristiane Alves** – UFPel / PPGPSI-UFRGS  
**Raquel da Silva Silveira** – UFRGS  
**Rutte Tavares Cardoso Andrade** – UNILAB  
**Tade de Paula Souza** – UFRGS

ISSN: 2446-4813

#### DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

**A474r** **Alves, Miriam Cristiane; Alves, Alcione Corrêa** (orgs.).

Redes Intelectuais: epistemologias e metodologias negras, descoloniais e antirracistas / Organizadoras/es: Miriam Cristiane Alves e Alcione Corrêa Alves; Prefácio de Vera Rodrigues. – 1. ed. – Porto Alegre : Rede Unida, 2021.

260 p. (Série Pensamento Negro Descolonial, v.3)  
E-book: 7,25 Mb; PDF

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-87180-48-9

DOI: 10.18310/9786587180489

1. Características do Estudo. 2. Colonialismo. 3. Comportamento e Mecanismos Comportamentais. 4. Fatores Raciais. 5. Grupo com Ancestrais do Continente Africano. 6. Racismo. I. Título. II. Assunto. III. Organizadoras.

21-30180043

CDD 305.56:960.981

CDU 342.724(6)(81)

#### ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Grupos sociais e questões raciais; História da África; História do Brasil.
2. Minorias étnicas e Igualdade racial; Brasil; África.

Catálogo elaborado pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8 8846

Todos os direitos desta edição reservados à Associação Brasileira Rede UNIDA  
Rua São Manoel, nº 498 - CEP 90620-110, Porto Alegre – RS. Fone: (51) 3391-1252

[www.redeunida.org.br](http://www.redeunida.org.br)





## CAPÍTULO 7

### Por uma política de escrita do cotidiano: enfrentamentos ao racismo e sexismo na academia

Luciana Rodrigues  
Aline Kelly da Silva

#### Abrindo passagem

As artimanhas do racismo e do machismo de cada dia, em uma sociedade estruturada por sistemas de dominação que conjugam os ideais e valores da supremacia branca e do patriarcado (hooks, 2019a), nos fazem encontrar na escrita uma possibilidade de enfrentamento ao silenciamento. Uma possibilidade que pede urgência. E, como mulheres negras, precisamos falar. No entanto, o ato da fala não é tão simples como pode parecer. Isso não é uma questão pessoal, cognitiva ou de falta de linguagem - vide a quantidade de intelectuais feministas negras e não brancas que já escreveram sobre os processos que nos silenciam. bell hooks, inclusive, além de trazer essa questão em diferentes textos, tem um livro inteiro sobre isso, chamado “Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra” (hooks, 2019a). Assim, a partir dessa e de outras produções de autoras feministas (prioritariamente negras), discutiremos neste texto como o sexismo alia-se às opressões de raça e classe em nossas experiências como mulheres negras no contexto acadêmico.

Todas somos silenciadas e submetidas a determinados processos de opressão e dominação simplesmente por sermos mulheres em uma sociedade hegemonicamente construída sob bases patriarcais. Sendo mulheres negras, independente dos lugares pelos quais transitamos, a encruzilhada das opressões aumenta pesando sobre nossos corpos. Como duas mulheres negras ocupando espaços diferentes na estrutura acadêmica, é exatamente a partir desses nossos lugares, de nossas experiências no âmbito da universidade, que desejamos nos voltar para os tensionamentos e as violências que o sexismo exerce sobre nossos corpos no cotidiano das práticas acadêmicas, tomando a escrita como gesto de resistência diante das opressões de gênero, raça e classe.

O machismo que incide sobre nós na academia se conecta com a violência de gênero que todas nós sofremos em diferentes momentos e diferentes lugares de nossas trajetórias. Se essa experiência fala de nós e fala de outras, temos o compromisso em buscar não separar a discussão de raça da discussão de gênero e de classe. Isso é o que as mulheres negras nos ensinam a fazer: não separar o pessoal e o político (hooks, 2019a). Nesse caminho, apostamos em uma escrita, como produção de conhecimento, que parta de uma política do cotidiano, como nos convida bell hooks (1995), possibilitando articular as vivências pessoais e singulares com as análises dos processos de produção subjetiva e social. Uma produção que, portanto, não separe vida e escrita, como nos fala Glória Anzaldúa (2019).

Como mulheres negras, percebemos como a pauta contra o machismo e a violência de gênero, por vezes, se torna ofuscada ou ignorada quando se trata de enfrentamentos ligados à luta antirracista. Mulheres negras vêm sendo atacadas, por brancos e negros nas redes sociais (e fora delas), por sustentarem que não é possível falarmos de raça sem falar de gênero<sup>27</sup>. Feministas negras, como Angela Davis (2016), têm evidenciado essa postura tanto na história do movimento feminista, como na luta pela igualdade racial. Portanto, a luta antirracista não blinda homens do machismo (nem homens brancos, nem homens negros). Audre Lorde (2019) nos aponta como homens negros podem querer assumir a posição de homens brancos. Nesse sentido, exercer práticas machistas, que nos silenciam, é assumir uma posição de dominação ligada à supremacia branca. Não podemos esquecer, ainda, que o fato de ser uma mulher também não nos blinda do risco de reproduzir ideias e práticas patriarcais. Por isso, necessitamos estar atentas aos mecanismos de reprodução do machismo nos espaços que ocupamos.

Portanto, é a partir do feminismo como “movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão” (hooks, 2019b, p. 13), que situamos nosso trabalho, pois a luta feminista oferece possibilidades práticas e epistemológicas de enfrentamento contra as diferentes opressões. Assim, acompanhadas pelo pensamento de intelectuais e feministas negras e não brancas, buscamos discutir caminhos de enfrentamento aos sistemas de dominação supremacista branco e

<sup>27</sup> Stephanie Ribeiro, arquiteta e militante, é um exemplo, entre outras mulheres negras, que tem sido alvo de ataques em postagens em suas redes sociais, onde comenta e discute questões relacionadas à intersecção gênero e raça.

sexista no contexto acadêmico. Caminhos construídos através da potência da escrita como ferramenta de autorrecuperação e resistência, a partir do convite de bell hooks (2019) a erguermos a voz e do chamado de Audre Lorde (2019) para que transformemos o silêncio em linguagem e ação.

Como bell hooks (2019a) afirma, a capacidade de produzirmos um conhecimento valorizador de nossas experiências questiona a separação entre público e privado - dissociação que nos faz acreditar que nossas experiências deveriam permanecer ocultas, como se pertencessem somente ao espaço privado e ao foro íntimo. Todavia, o que escrevemos e produzimos academicamente dá-se a partir daquilo que experienciamos – em nosso caso, como mulheres negras nesse espaço –, pois é o cotidiano que possibilita nos darmos conta do modo como racismo, elitismo e sexismo constituem os cenários que vivenciamos.

Assim, inspiradas pelas proposições de uma política do cotidiano de bell hooks (1995) e da escrita de Glória Anzaldúa (2019), que ensina a ancorar nossas discussões em nossos corpos, não separando escrita e vida, recorremos à produção de duas cartas, escritas com o intuito de compartilhar e trocar experiências entre nós que possam se constituir como um convite ao diálogo com nossas leitoras e leitores. Ao mesmo tempo em que há elementos em comum em nossa experiência, escrevemos nossas cartas em primeira pessoa, mantendo especificidades de nossas trajetórias pessoais e acadêmicas. Nesse caminho, nos inspiramos em Glória Anzaldúa (2019) ao nos convidar:

Joguem fora a abstração e o aprendizado acadêmico, as regras, o mapa e o compasso. Sintam seu caminho sem anteparos. Para alcançar mais pessoas, deve-se evocar as realidades pessoais e sociais — não através da retórica, mas com sangue, pus e suor (p. 93).

Como nos fala Bruna Battistelli (2017), a produção de cartas pressupõe uma política de escrita pautada por um trabalho artesanal e afetivo, fundamental para romper com uma escrita acadêmica rígida, inexpressiva e institucionalizada. Além disso, como aponta a autora, trata-se de assumir uma perspectiva epistemológica não explicativa da realidade e valorizadora do fluxo da experiência e da experimentação.

## Na encruzilhada das experiências

### Carta I: “erguer a voz como aquelas que vieram antes de nós”

Cara Aline,

As amarras que tentam nos silenciar são bastante persistentes. Mas em nossa resistência, também somos. Olhando para aquelas que nos antecedem, que abriram os seus e os nossos caminhos com tamanha força e coragem, arrisco dizer que somos ainda mais persistentes. Com frequência, ao me deparar com o racismo que incide sobre nós a partir de nosso tom de pele, de nosso cabelo, de nossas feições, assim como, ao me deparar com o machismo que tenta nos subjugar pela hierarquização de gêneros busco estabelecer minhas forças olhando para o passado, para nossas ancestrais. Pois o racismo e o sexismo formam uma dupla violência que se soma, ainda, às diferenças sobre os lugares que ocupamos na produção das hierarquias da acumulação capital (seja ele humano, social ou financeiro).

Como mulher negra de pele clara, que encontrou condições para se tornar doutora e exercer a docência em uma universidade federal, tive acesso a uma rede de apoio e educação que me permitiram ocupar um lugar de privilégio, tal como o espaço da academia. Um lugar onde a população negra, embora constituindo metade da população desse país, tem menos condições de acesso do que a população branca. Na universidade na qual trabalho, menos de 5% dos docentes são negras/os<sup>28</sup>. Li no trabalho de Joselina da Silva (2010), que analisou dados de fontes oficiais sobre o ensino superior no país, que de 63.234 docentes brasileiras/os, apenas 251 por volta de 0,4% do total) eram mulheres negras<sup>29</sup>. Desde o ano desse estudo, esses números devem ter se modificado, pois as políticas afirmativas têm contribuído para o ingresso da população negra nos diferentes âmbitos da universidade. Ainda assim, a docência continua sendo um lugar árduo para a gente conquistar. Isso porque as dificuldades de acesso que se colocam em nossos caminhos estão ligados tanto às desigualdades raciais quanto às desigualdades de gênero e classe.

<sup>28</sup> Informação disponibilizada em: <https://adufgrs.org.br/noticias/77403/>. Acesso em: 22 jul. 2020.

<sup>29</sup> Neste estudo Joselina da Silva (2010) utiliza como quesito raça/cor os termos negra e parda. Considerando que os termos para classificação racial da população negra, adotados atualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, são preta/preto e parda/pardo, ambas constituindo a população negra, presumimos que em seu trabalho a autora refere-se a negra como pessoas autodeclaradas pretas.

Do lugar de docente negra de pele clara, de mãe de um filho pequeno e em um relacionamento homoafetivo, as nuances do racismo e machismo estão sempre ali, possíveis de serem atualizadas sobre mim. Ao longo de minha formação acadêmica houveram vários episódios marcados por isso, mas, com certeza, foram muito menos do que vivências onde esses mesmos episódios recaíram sobre o corpo de mulheres negras de pele escura. É incrível perceber o quanto as discussões sobre o racismo e machismo podem ser desvinculadas nesse nosso ambiente acadêmico. Sim, sei que não só nele, já que na sociedade como um todo nossas relações são permeadas, constituídas por valores e práticas que perpassam um ideal de supremacia branca, patriarcal e capitalista. Mas em minha experiência acadêmica, ingenuamente, há situações em que eu não esperava encontrar certos discursos opressores pelos quais me vi silenciada por colegas homens (brancos e negros) que precisavam mostrar como “detinham” o saber, nem que isso significasse “destruir” o trabalho alheio, desqualificar o ponto de vista de outras mulheres, dar a última palavra atuando na manutenção de um certo status de intelectualidade – tanto de homens brancos, como de homens negros.

Quero lhe falar de minha experiência, pois ela não é só minha. bell hooks (2019a) está sempre a nos lembrar como o pessoal é, sim, político. Há situações do cotidiano acadêmico que me fazem perguntar por que parece tão difícil nomearmos práticas machistas pelos coletivos e espaços que ocupamos? Às vezes tão difícil quanto nomear o racismo. Ainda sinto o peso de uma situação onde meu posicionamento em uma discussão foi atacado, não enquanto diferença epistemológica, mas como impossibilidade de falar sobre o assunto. Por que uma mulher afirmar e sustentar seu posicionamento dá o direito a um homem de silenciá-la? Como lembra bell hooks (2019b), o patriarcado diz respeito ao sexismo institucionalizado.

Depois desse episódio me vi cobrando a mim mesma por não ter conseguido ter outra reação, pois o que consegui foi chorar diante de mais uma atualização das relações hierárquicas entre homens e mulheres, do machismo que nos silencia, da minha solidão daquele momento. Ser mulher, negra, lésbica, mãe... tudo isso que me constitui é, por vezes, utilizado para tentar me silenciar. Ora me dizendo que falo com raiva, ora ignorando o que falo, ora me agredindo porque o que eu falo não deveria falar. Ou porque, simplesmente, me posiciono.

O que resta para uma mulher negra na academia? É o que essas situações me convocam a interrogar. Volta e meia há uma certa sensação de que sempre preciso, como mulher negra, estar alerta, vigilante, pensar duas vezes no que falar e em como falar, para ser ouvida, para não ser atacada. Isso é o que a violência faz na gente, em nosso corpo e subjetividade. E essa, repito, não é uma experiência só minha. Mas erguer a voz como aquelas que vieram antes de nós é o que venho aprendendo. Enfim, cara irmã, não é fácil falar sobre tudo isso. Imagino que para você também não seja. Mas a escrita é, também, possibilidade de autorrecuperação e cuidado de nós, para nós e entre nós mesmas!

Um abraço, Luciana.

### **Carta II: “Que as palavras não permaneçam sufocadas na garganta!”**

Lu,

Iniciar esta carta é encarar o desafio de uma página à espera de palavras vacilantes, sem saber ao certo que rumo tomarão. O ato de escrever pressupõe lidar com a abertura ao desconhecido. Mesmo quando me proponho a falar sobre minha experiência, escrever é tarefa árdua. Há um poema chamado “Catar feijão” em que João Cabral de Melo Neto (2007) aproxima o ato de escrever do ato de catar feijão. Por mais que tentemos jogar fora a palha, há o risco de sobrar algum grão imastigável, pedra de quebrar o dente. Diz o poeta que, quando se trata de catar palavras, a pedra dá à frase o seu grão mais vivo. Assim, a escrita possui riscos que não devemos tomar como obstáculos, mas como grãos vivos do nosso pensamento. É desse modo que venho tecer estas linhas: vacilante, porém atenta e ciente dos riscos da escrita.

Durante o tempo investido para dar alguma costura a essas palavras vacilantes, reli o conto “A gente combinamos de não morrer”, de Conceição Evaristo (2016a), no qual Bica afirma que escrever é uma maneira de sangrar. Toda vez que o leio fico encantada pelo modo como narra a dureza e a violência sem perder a potência do que se passa no miúdo da vida, ainda que se trate de uma vida situada entre a morte e o desaparecimento. Cheguei a compreender,

então, que a poética não está na forma de um texto, mas sim no modo como a escrita entrelaça experiência e memória na composição de uma narrativa.

Conceição Evaristo, mulher negra, poeta, escritora, empregada doméstica, professora, me diz muito sobre escrita e experiência. Também eu sou mulher negra e filha de empregada doméstica. Encontrei na literatura e na leitura uma forma de reinventar um cotidiano que não seja só dureza, mas possibilite a imaginação para partilhar um mundo possível, sempre em vias de construção. Quando criança, minha mãe me trazia livros doados por uma ex-patroa. Alguns continham histórias das quais sou capaz de lembrar até hoje. Contos, poemas, romances policiais, crônicas, ensaios...

Com a leitura recente de bell hooks (2019a), surpreendi-me por ver que há em seus textos uma escrita acadêmica, científica e completamente articulada com a experiência. Lendo-a, senti-me mais encorajada a escrever para fazer com que as palavras não permaneçam sufocadas na garganta. Muito recentemente, na minha história de vida, passei a me afirmar como negra. Não parda nem morena, mas sim negra. Este tem sido um gesto libertador, saber que ocupo um lugar no mundo, pois durante muito tempo me vi em um não-lugar por não ser branca, mas também não ter a pele preta. Ao mesmo tempo em que saber de minha pertença racial me traz alegria, sei também da necessidade de permanecer alerta às lutas diárias. O racismo e o sexismo, como você bem aponta na carta que recebi, caminham de mãos dadas. De modo nada sutil, lembram-me de que o caminho exige atenção e luta.

Tal como acontece com muitas outras mulheres, na luta antirracista enfrentamos o sexismo, ao passo em que no feminismo ainda lidamos com a hegemonia da branquitude, reprodutora de racismo. Durante um debate de um coletivo antirracista, um homem negro atropelou uma fala minha. Mesmo tendo pontuado meu desconforto e incômodo, ele afirmou não entender. Precisei me explicar, me repetir e escutar justificativas que vieram sem o reconhecimento de que ali se reproduzia um ato machista, enunciador de que em muitos espaços os homens continuam considerando legítima somente a voz de outros homens.

O desconforto dessa situação me fez rememorar situações vividas anteriormente – e aqui mencionarei apenas uma para não me alongar demais. Há alguns anos fui preceptora em uma unidade de internação provisória masculina, vinculada a um projeto de extensão. Um dos desafios naquela instituição foi adentrar

muros cujos códigos, linguagens e normas de conduta eram eminentemente masculinos. Quando eu me dirigia a agentes socioeducativos, era comum que eles dificultassem determinadas ações que eu solicitava. Todavia, quando se tratava de solicitações feitas por homens que integravam a equipe do projeto, a comunicação dava-se de modo diferente. Parecia não haver entraves para as atividades.

Essas situações me levam a pensar que não podemos ignorar o machismo como se fosse um mal menor do que o racismo, pois as violências a serem enfrentadas reproduzem-se frequentemente de modo articulado, de forma que não dá para sustentar uma luta antirracista que possa ser conivente ou tolerante com o machismo. É nossa tarefa buscar espaços em que possamos erguer nossa voz, como defende bell hooks (2019a), sem sermos caladas ou ignoradas simplesmente por sermos mulheres. Para cada silenciamento, teremos palavras a serem ditas em gesto de resistência, pois “enquanto um olho chora, o outro espia o tempo procurando a solução” (EVARISTO, 2016b, p. 114).

Me despeço por aqui, na expectativa de que sigamos conversando.

Abraços, Aline.

### Tecendo a escrita como ato político de afirmação e luta

Como apontamos no começo de nosso texto, bell hooks (2019a) propõe a escrita como gesto de resistência e relutância, onde a experiência torna-se a própria matéria-prima do ato de escrever. A fala, para ela, é não somente um ato de expressão criativa, mas sobretudo um ato de coragem, resistência e cura. Erguer a voz em corajosa fala de mulher nos dá a possibilidade de romper com os silenciamentos que sufocam o que temos a dizer. Essa escrita, em que nos revelamos a nós mesmas, é uma escrita tecida com nossas vivências como mulheres negras e, portanto, também, com aquilo que nos machucou e marca as experiências que historicamente as mulheres negras têm vivenciado. É um modo de coletivizar e curar as feridas provocadas pelas opressões sexistas e racistas.

Uma corajosa abertura na fala faz com que tomemos a voz e a palavra onde geralmente não somos escutadas. O ato de escuta, negado às mulheres negras em diferentes espaços, torna-se possível a partir de nossa reivindicação política.

Desse modo, temos que lutar para fazer com que nossas palavras articulem uma linguagem que possa ser compartilhada (hooks, 2019a). Para mulheres oprimidas do Sul Global<sup>30</sup>, erguer a voz é fundamental para denunciarmos como a história do colonialismo é repleta de violência, traições e enganos. Nesse sentido, exigir que escutem nossa voz é parte do processo de reparação e transformação social. A escrita carrega consigo uma importante dimensão de cura da dor e do sofrimento outrora não reconhecido. Fazer a transição do silêncio à fala é um gesto de cura e de transformação pelo qual o oprimido, colonizado e explorado deixa de ser objeto e faz-se sujeito capaz de produzir vozes múltiplas que reconheçam e defendam as diferenças (hooks, 2019a).

As mulheres negras, dentre outros grupos subalternizados, são alvo de políticas de dominação que desqualificam seus anseios e sua voz na medida em que regulam em quais espaços e sobre quais questões podemos ou não falar. Somos postas num lugar de não-escuta quando o que temos a dizer confronta e incomoda o modo hegemônico de pensar, pautado por uma racionalidade moderna e masculinista. Mesmo que venhamos lutando contra o silenciamento, nossas vozes ainda têm pouca ou nenhuma reverberação significativa em instituições hegemonicamente masculinas. Dessa maneira, nas instituições em que se faz ciência e política é necessário fazer nossa voz ser ouvida e disputar ativamente modos de participação (hooks, 2019a).

A possibilidade de escrever, ao mesmo tempo em que é um privilégio, haja vista que muitas de nós não temos acesso à escolarização ou condições suficientes de dedicar tempo a ela em meio às tarefas domésticas, conjura também certos perigos sob o risco de sermos acusadas de loucura, desvario ou histeria. O medo da ridicularização, medo da exposição dos próprios sentimentos ou, ainda, o sentimento de inadequação e a sensação de estarmos em uma seara que não nos pertence levam ao receio de que certas questões não deveriam compor nossa escrita, ou que nem deveríamos estar na academia. Afinal, “[n]ão nos diz a nossa classe, a nossa cultura e também o homem branco, que escrever não é para mulheres como nós?” (ANZALDÚA, 2019, p.87).

30 Optamos pelo uso do termo “Sul Global” em vez de “Terceiro mundo”, como referem Glória Anzaldúa (2019) e bell hooks (2019a), por entendermos que esse último, em função de sua historicidade, demarca uma relação pautada em aspectos de desenvolvimento/subsenvolvimento dos países, enquanto o termo “Sul Global” marca uma mudança de foco do desenvolvimento econômico ou da diferença cultural para uma ênfase nas relações geopolíticas de poder, a história e efeitos do colonialismo (DADOS; CONNELL, 2012).



Dessa maneira, a escrita é, para as mulheres de cor do Sul Global, tanto um privilégio negado pelos sistemas de opressão como também um perigo, pois “temos medo do que a escrita revela: os medos, as raivas, a força de uma mulher sob uma opressão tripla ou quádrupla” (ANZALDÚA, 2019, p. 92). Tais opressões não somente desqualificam o que uma mulher negra diz, mas desvalorizam, sobretudo, sua dimensão ontológica, ou seja, o silenciamento recusa à mulher negra a própria condição de sujeito.

Entretanto, ainda que seja dolorosa e persistente a máscara de silenciamento imposta a nós em nossa dimensão corporal, existencial e simbólica (KILOMBA, 2019), ao desatar os fios de metal que subjagam e emudecem, intelectuais negras investem contra tais formas de silenciamento e continuam a reivindicar lugar próprio, afirmando sua existência humana e buscando narrar histórias do cotidiano - aquelas que a história oficial descarta. Nesse sentido, tomar o lugar da escrita é tomar também o lugar da vida (EVARISTO, 2005). Portanto, erguer a voz em resistência constante contra as políticas de dominação é uma aposta na força da escrita em nos proteger da desumanização, do desespero, do aniquilamento de nosso ser. Escrever assume uma função política ao narrar memórias e histórias negadas pela produção hegemônica de conhecimento e ao constituir-se como estratégia de afirmação da vida no presente (EVARISTO, 2005).

Por ser um ato de coragem, erguer nossa voz ameaça o sexismo, o racismo, assim como suas estratégias de exploração e subjugação com as quais tentam operar sobre nossos corpos constantemente. O processo de autotransformação é, desse modo, indissociável da voz e da escrita. Como diz bell hooks (2019a), é um modo se engajar em uma autotransformação e, também, um rito de passagem pelo qual deixamos de ser objeto e alcançamos o estatuto de sujeito, pois somente como sujeitos é que podemos exercitar tal gesto. Por isso, nossas experiências devem ser compartilhadas na medida em que possibilitam colocar em questão os mecanismos de subalternização que nos afetam coletivamente. bell hooks (2019a) alerta para estarmos atentas aos riscos de nossos discursos e anseios mais radicais serem alvo de cooptação e enfraquecimento, transformados em mero produto ou discurso da moda pelos sofisticados modos de dominação do sistema capitalista em suas alianças com a supremacia branca e patriarcal.

Como a autora ensina, é necessário abdicarmos do medo de convocar outras mulheres negras para o centro da conversa em nossas produções acadêmicas. Com isso, não se trata de excluir mulheres não negras. Ao contrário, colocar mulheres negras no centro constitui um convite para que mulheres não negras e homens reconheçam nosso lugar de produção intelectual e o modo como os sistemas de opressão hierarquizam nossos corpos como o outro do outro, expressão empregada por Kilomba (2019). Assim, é fundamental interrogar quem nos ouve e o que se ouve daquilo que dizemos. Devemos saber para quem falamos, sem receio de direcionarmos nossa voz, primeiramente, às mulheres negras. Ao saber com quem dialogamos passamos a compreender se nossas palavras estão agindo para resistir e transformar ou, ao contrário, para reproduzir mecanismos de dominação política. Nosso conhecimento deve ter como parâmetro, portanto, seu potencial crítico e revolucionário (hooks, 2019a).

Falar requer a coragem de estarmos expostas a críticas destrutivas, a hostilidades e rejeição, inclusive, em contextos que se afirmam críticos e abertos à diversidade. Erguer nossa voz é, portanto, parte fundamental da luta libertadora. É transformar, como nos convoca Audre Lorde (2019), nosso silêncio em linguagem e ação. A mudança em direção à liberdade começa quando exercemos uma voz corajosa. Esse processo de aprendizagem de nossa fala articula-se com a luta global contra as formas de dominação, porque se conecta com as vozes de outras pessoas silenciadas em diversas partes do mundo. Nesse sentido, para a “transformação do silêncio em linguagem e ação, é essencial que cada uma de nós estabeleça ou analise seu papel nessa transformação e reconheça que seu papel é vital nesse processo” (LORDE, 2019, p. 54).

O comprometimento com a luta revolucionária requer uma responsabilidade individual e coletiva na construção de uma voz que seja gesto de resistência e afirmação de luta para as mulheres negras, rompendo o silêncio que nos desumaniza, construindo processos de autorrecuperação para nós (hooks, 2019a). E nesse processo é fundamental que possamos “fundir nossa experiência pessoal e visão do mundo com a realidade, com nossa vida interior, nossa história, nossa economia e nossa visão (...). Devemos usar o que achamos importante para chegarmos à escrita. *Nenhum assunto é muito trivial*” (ANZALDÚA, 2019, p. 90, grifos da autora).

## Considerações finais

A necessidade de falar, encontrar e erguer uma voz mostra o desafio de enfrentarmos os mecanismos de silenciamento, submissão e captura daquilo que temos a dizer como mulheres negras. Seria ingênuo acreditar, porém, que podemos falar o que quisermos numa atmosfera de abertura, pois o pensamento de mulheres feministas do Sul Global coloca em questão privilégios mantidos historicamente por outros sujeitos, incluindo mulheres brancas e homens negros. A voz libertadora confronta e incomoda, exigindo dos ouvintes uma mudança nos modos de ouvir e ser (hooks, 2019a).

Como afirma bell hooks (2019a) “[q]uando nos desafiamos a falar com uma voz libertadora, ameaçamos até aqueles que podem, a princípio, afirmar que querem ouvir nossas palavras” (p. 55). Sentimos esse incômodo quando discutimos gênero com homens negros implicados em discussões sobre raça e racismo, mas pouco dispostos a colocar em questão os privilégios da masculinidade, como apontamos em nossas cartas. Lidar com o machismo em coletivos de luta antirracista expõe o quanto os espaços formados por pessoas negras podem ser complexos e contraditórios, a ponto de tentar subordinar os interesses das mulheres negras a uma causa supostamente maior da comunidade, o que seria incompatível com a luta libertária das mulheres negras (COLLINS, 2019).

Os esforços de apoio e união na luta antirracista não podem, portanto, servir de justificativa para a reprodução do sexismo. A escrita deste texto é, assim, fruto do entendimento de que os espaços institucionais da universidade ainda reproduzem formas cotidianas de silenciamento de mulheres negras. Para afirmar nossa voz, ignorada em muitos momentos, escrevemos com e entre mulheres negras, gesto político pelo qual produzimos agência e transformamos o silêncio em voz e luta constante.

## Referências

- ANZALDÚA, Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *In: PEDROSA, Adriano; CARNEIRO, Amanda; MESQUITA, André (org.). Histórias das mulheres, histórias feministas*. v. 2. São Paulo: MASP, 2019, p. 85-94.
- BATTISTELLI, Bruna Moraes. *Carta-grafias: entre cuidado, pesquisa e acolhimento*. 257f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio

Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

- COLLINS, Patricia Hill. Mammies, matriarcas e outras imagens de controle. *In: COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro*. Boitempo: 2019, p. 135-177.
- DADOS, Nour; CONNELL, Raewyn. The global south. *Contexts*, v. 11, n. 1, p. 12-13, 2012.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. *In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane (Orgs.). Mulheres no mundo: etnia, marginalidade, diáspora*. João Pessoa: Idéia/Editora Universitária - UFPB, 2005. Disponível em: <http://nossaescrevivencia.blogspot.com/2012/08/genero-e-etnia-uma-escrevivencia-de.htm>. Acesso em: 02 ago. 2020.
- EVARISTO, Conceição. A gente combinamos de não morrer. *In: EVARISTO, Conceição. Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016a.
- EVARISTO, Conceição. Ayoluwa, a alegria do nosso povo. *In: EVARISTO, Conceição. Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016b.
- hooks, bell. Intelectuais negras: bell hooks. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464, 1995. Disponível em: <http://search.proquest.com/openview/66db7421fda8692ba1f6f2c1c370ce0e/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2036510>. Acesso em: 03 jun. 2020.
- hooks, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019a.
- hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rosa dos Tempos: Rio de Janeiro, 2019b.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LORDE, Audre. *Irmã Outsider: ensaios e conferências*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- MELO NETO, João Cabral de. *A educação pela pedra e depois*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 16-17.
- SILVA, Joselina da. Doutoradas professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais. *Perspectiva*, v. 28, n. 1, p. 19-36, 2010.